

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

PL optou por multa ao exibir deepfake com Bolsonaro

O PL espera receber uma multa, no máximo, por causa do vídeo exibido na convenção do partido, no dia 25, com imagem e voz semelhantes ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

O suposto ex-presidente da República ali apresentado pediu votos para eleger, em outubro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao comando do Palácio do Planalto

A resolução 23.732 do Tribunal Superior Eleitoral determina, explicitamente: “É proibido o uso, para prejudicar ou para favorecer candidatura, de conteúdo sintético em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente, ainda que mediante autorização, para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia (deepfake).”

Além disso, como Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe Estado – mas em regime domiciliar devido a recomendações médicas –, ele não poderia mandar mensagem para a convenção “por interposta pessoa”, segundo determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro cobrou do ex-presidente explicações sobre se ele tinha conhecimento do vídeo. Se Bolsonaro respondesse que sim, estaria descumprindo a determinação do próprio Ale-

xandre de Moraes e poderia perder o regime de prisão domiciliar.

Nesta quarta-feira, 29, Jair Bolsonaro negou, como era esperado, que soubesse do vídeo. Portanto, a não ser que apareça prova em contrário, ele não poderá ser responsabilizado por uma mensagem que não elaborou e, supostamente, nem teria tomado conhecimento.

A equipe de campanha de seu filho Flávio já previa essa negativa. E sabia que, com isso, seria responsabilizada pelo vídeo. Restaria responder apenas por um delito eleitoral: desrespeitar a resolução 23.732 do TSE. A opção da equipe foi correr este risco, porque o máximo que pode acontecer, na avaliação de especialistas, é uma multa contra o candidato.

Na verdade não há sanções claras a respeito. Teoricamente, o presidente do TSE, ministro Nunes Marques, poderia até anular a convenção. Mas esta seria uma medida drástica demais que os especialistas nem levam em conta.

Ou seja, a equipe de campanha do PL optou pelo risco calculado de ser apenas multada devido à deepfake com um falso Jair Bolsonaro pedindo votos.

Com isso, estará sendo jogada uma verdadeira batata quente nas mãos dos ministros do TSE. Certamente outras deepfakes serão produzidas por outros candidatos, obrigando a Corte usar a decisão sobre esse caso de agora praticamente como o teto das punições.

Na prática, Flávio Bolsonaro terá saído vitorioso e liberado deepfakes na campanha eleitoral.

GENERAL EDUARDO PAZUELLO

General do Exército e Político Brasileiro

Um mês de dor: A Venezuela sangra com falta de tudo!

Passados 30 dias dos devastadores terremotos de magnitudes 7,2 e 7,5 que sacudiram o norte da Venezuela em 24 de junho de 2026, o cenário no país transita da tragédia imediata para uma crise humanitária crônica e silenciosa.

A terra parou de tremer, mas os tremores secundários da burocracia, da logística colapsada e da apatia global continuam a devastar o povo venezuelano.

Os números oficiais traduzem apenas uma fração do drama vivido nas ruas de La Guaira, Carabobo, Aragua e na capital, Caracas.

Mais de 5.300 mortos e cerca de 16.700 feridos confirmados!

Dezenas de milhares de desaparecidos, com estimativas de iniciativas independentes indicando que a busca continua por mais de 29 mil pessoas.

Mais de 23 mil desabrigados vivendo em acampamentos temporários improvisados, sem infraestrutura básica.

Prejuízos estimados em US\$ 19,6 bilhões pelo Banco Mundial.

A tragédia venezuelana expõe a combinação perversa entre falhas internas de infraestrutura e a frieza das dinâmicas geopolíticas.

Estradas divididas ao meio por fendas, pontes destruídas e o Aeroporto Internacional de Maiquetía operando de forma limitada comprometeram as rotas de suprimento. A distribuição de água potável, remédios e alimentos esbarra na falta de combustível e no sucateamento da frota de transporte.

Toneladas de doações continuam retidas em

pontos de triagem pela escassez de veículos aptos a trafegar por terrenos instáveis ou afetados por deslizamentos.

Apesar da comoção inicial e dos envios de equipes de resgate por países vizinhos e organizações globais nas primeiras horas, a resposta internacional arrefeceu rapidamente.

A polarização política histórica em torno da Venezuela e a saturação de crises simultâneas no mapa global criaram uma barreira invisível.

A ajuda prometida chega em conta-gotas, enquanto milhares de famílias dormem sob lonas plásticas expostas ao rigor do clima.

“O silêncio do mundo dói tanto quanto o chão que se abriu sob nossos pés”, afirmou um voluntário em acampamento em La Guaira.

A reconstrução da Venezuela não será uma questão de meses, mas de décadas.

Para que o país pare de sangrar, três frentes urgentes precisam ser priorizadas:

Desobstrução de Corredores Humanitários: Criação de rotas logísticas prioritárias com apoio técnico internacional para distribuição rápida de suprimentos às zonas isoladas.

Financiamento Humanitário Despolitizado: Aceleração dos fundos de reconstrução prometidos por organismos internacionais, garantindo que cheguem diretamente à infraestrutura civil crítica.

Apoio Psicológico e Reagrupamento Familiar: Acompanhamento contínuo para milhares de sobreviventes que enfrentam o luto de ter entes queridos ainda soterrados ou desaparecidos.

Tragédias naturais não escolhem fronteiras ou regimes políticos.

Um mês após o abalo, a resposta ao sofrimento da população venezuelana medirá não apenas a capacidade logística do planeta, mas o limite da empatia humana.

Avante, irmãos venezuelanos!

EDITORIAL

Os desafios de Keiko e do Fujimorismo no Peru

A posse de Keiko Fujimori na Presidência do Peru inaugura um novo capítulo na política do país, mas também reabre um dos debates mais sensíveis de sua história recente. Mais do que qualquer outro chefe de Estado peruano das últimas décadas, Keiko inicia seu mandato sob o peso de uma herança política que transcende sua própria trajetória. O sobrenome Fujimori continua sendo, ao mesmo tempo, um ativo eleitoral e um permanente teste de credibilidade democrática.

Nos primeiros dias de governo, a presidente dificilmente será avaliada apenas por suas prioridades econômicas, sociais ou diplomáticas. Cada gesto político, cada nomeação ministerial e cada proposta de reforma institucional será observado à luz do legado de seu pai, Alberto Fujimori. Essa associação é inevitável. Afinal, o fujimorismo moldou profundamente a política peruana e permanece como um dos movimentos mais polarizadores da América Latina.

É verdade que Alberto Fujimori deixou resultados reconhecidos por parcela significativa da população. A estabilização da economia, após anos de hiperinf inflação e desorganização fiscal, e a derrota do Sendero Luminoso são apontadas como marcos de seu governo. Mas essa narrativa convive com outra, igualmente incontornável: a do autogolpe de 1992, da concentração de poderes, das violações dos direitos humanos e dos escândalos de corrupção que culminaram em sua condenação pela Justiça peruana. São essas duas memórias, incompatíveis entre si, que acompanharão cada passo da nova presidente.

O desafio de Keiko Fujimori será demonstrar que seu governo não pretende reeditar os métodos que marcaram o período mais controverso do fujimorismo. Em uma democracia fragilizada por sucessivas crises institucionais, presidentes destituídos e uma relação conflituosa entre Executivo e Congresso, qualquer sinal de interferência sobre o Judiciário, de restrição à imprensa ou de enfraquecimento dos mecanismos de controle institucional poderá alimentar receios dentro e fora do Peru.

Ao mesmo tempo, Keiko enfrentará uma pressão de sentido oposto. Parte de sua base política espera precisamente um resgate das políticas implementadas por Alberto Fujimori, especialmente nas áreas de segurança pública, combate ao crime organizado e liberalização econômica. Conciliar essas expectativas sem estimular a percepção de um retorno ao autoritarismo exigirá habilidade política, moderação e capacidade de diálogo.

A presidente também precisará construir uma identidade própria. Enquanto permanecer condicionada pela imagem do pai, seu governo correrá o risco de ser interpretado apenas como uma continuidade do passado. A legitimidade de sua administração dependerá menos das comparações históricas e mais da capacidade de fortalecer as instituições, respeitar os limites constitucionais e responder às demandas de uma sociedade que deseja estabilidade política.

Correio da Manhã		FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901
Edmundo Bittencourt (1901-1929) Paulo Bittencourt (1929-1963) Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)		
www.cm.com.br		
Publisher CLÁUDIO MAGNAVITA redacao@correiodamanha.com.br		
REDAÇÃO Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial) Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil		
EDITORIA DE ARTE Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)		
TELEFONES (21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 (11) 3042 2009 (61) 4042-7872		
RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasilia - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal		